



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

EDITAL TRE-CE Nº 90050/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO TRE/CE SEI N.º 2026.0.000001567-5

OBJETO: Contratação de serviço de transporte para distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Ceará para as Eleições 2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

MODALIDADE: PREGÃO
FORMA: ELETRÔNICA

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Leis nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006; Instruções Normativas SEGES/ME nº 65/2021 e SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislações aplicáveis.

UNIDADE REQUISITANTE: Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleições (SEPEL)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

DIVISIBILIDADE DO OBJETO:

- ☒ Divisível por item
☐ Divisível por grupo
☐ Indivisível

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 DE JUNHO DE 2026, ÀS 9 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.453.639,68 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).

MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO SISTEMA DE REGISTRO DE
E FECHADO PREÇOS: NÃO

**APLICAM-SE OS BENEFÍCIOS PREVISTOS NOS ARTS. 6º AO 8º DO
DECRETO Nº 8.538, de 2015:**

- ☐ Tipo I (licitação exclusiva)
☐ Tipo II (subcontratação de ME/EPP)
☐ Tipo III (cota principal e reservada)
☒ Não se aplicam.

APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA:
NÃO

PREVISÃO DE VISTORIA PRÉVIA:
NÃO

RESUMO CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO (CAPÍTULO 7 DO EDITAL)
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES (CAPÍTULO 10 DO EDITAL)

As sessões públicas serão realizadas no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Os documentos relacionados ao planejamento da contratação, assim como o Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://apps.tre-ce.jus.br/portal-de-compras/aquisicoes/licitacoes>. Para acessá-los, basta selecionar a licitação correspondente no referido portal.

CÓDIGO UASG TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ - 070007

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 90050/2026

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, por intermédio da Seção de Licitações, torna público, a todos os interessados, a realização do Pregão Eletrônico n.º 90050/2026, visando à contratação do serviço abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006 e as normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a abertura da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço de transporte para distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Ceará para as Eleições 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 17ª, 23ª, 36ª, 37ª, 41ª, 50ª, 89ª, 97ª, 109ª, 120ª e 123ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	80
2	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 4ª, 5ª, 33ª, 52ª, 57ª, 67ª, 105ª, 111ª e 122ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	86
3	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 22ª, 25ª, 32ª, 35ª, 64ª, 73ª, 74ª, 81ª, 96ª, 98ª e 108ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	78
4	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 21ª, 24ª, 40ª, 44ª, 45ª, 54ª, 65ª, 79ª e 121ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	79
5	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 7ª, 8ª, 9ª, 29ª, 47ª, 49ª, 66ª, 72ª, 75ª, 78ª, 84ª, 86ª, 88ª e 91ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	134

6	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 19ª, 20ª, 39ª, 48ª, 61ª, 63ª, 99ª e 101ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	86
7	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 6ª, 11ª, 12ª, 13ª, 43ª, 46ª, 59ª, 60ª e 62ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	110
8	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 10ª, 14ª, 15ª, 26ª, 69ª, 70ª, 76ª e 92ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	81
9	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 16ª, 18ª, 27ª, 28ª, 31ª, 38ª, 53ª, 68ª, 71ª e 119ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/turno	84

1.2. A descrição detalhada do objeto, os requisitos da contratação, o modelo de execução contratual, gestão contratual e pagamentos estão detalhados no Anexo 2 - Termo de Referência.

1.3. Os dados do item 1.1 referem-se ao 1º turno das eleições; havendo 2º turno, repetem-se as quantidades, e a execução dos serviços ocorrerá conforme a logística e o cronograma constantes nos itens 3.1.2 e 3.1.3 do Termo de Referência.

1.4. A especificação do objeto de forma pormenorizada e de acordo com as justificativas contidas nos ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP - Anexo 3.

1.5. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPASNET), prevalecerá sempre a constante do presente instrumento convocatório.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão todas as empresas que atendam às exigências do edital e estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. Neste certame, a participação foi ampliada para todos os portes de empresas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o

agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item 2.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão participar desta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.6.9. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o TRE-CE, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome da licitante, no sistema eletrônico.

2.8. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em observância ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.9. As informações necessárias à verificação do cumprimento das condições elencadas nos itens anteriores poderão ser obtidas em qualquer registro cadastral dos órgãos ou entidades da Administração Pública, aí incluídos os sites do SICAF, do Portal da Transparência, sítio da Receita Federal e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos do acórdão nº 1.793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União e Sítio do TCU.

2.9.1. A consulta às bases de dados elencadas no item 2.9 será realizada em nome da licitante e de seu sócio majoritário.

2.10. A vedação de que trata o item 2.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo e referidas anteriormente, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **valor total por item**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. O valor total por item será considerado com a inclusão dos quantitativos do 2º turno, ficando condicionada a execução total do contrato à ocorrência do evento mencionado.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.5. que desenvolve ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Nº 11.430/2023, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.2.6. que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304/2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133/2021, se for o caso, devendo ser apresentada a comprovação devida, caso o licitante se utilize do benefício de desempate na fase de julgamento das propostas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.4.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

b) de que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances, através da ferramenta do Comprasnet.

3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.9. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.10. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que for publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão e o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário proposto, com a descrição do objeto, considerado apenas até os centavos, com duas casas decimais, contendo as informações constantes no Anexo 1 - Modelo de Proposta e as especificações do Anexo 2 - Termo de Referência.

4.1.2. O valor total por item será considerado com a inclusão dos quantitativos do 2º turno, ficando condicionada a execução total do contrato à ocorrência do evento mencionado.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 1 - Modelo de Proposta, devidamente adequada ao último lance, com especificação completa do material, marca dos produtos cotados, preço unitário e total por item, por meio de campo próprio do sistema, imprerivelmente no prazo de 2 (duas) horas, a partir da convocação, sob pena de ser desclassificada.

4.5.1. Os serviços cotados deverão necessariamente atender à especificação do objeto, o ciclo de vida e os requisitos de contratação descritos no Termo de Referência, Anexo 2 deste edital.

4.5.2. Deverão ser propostos os preços para o quantitativo total incluindo o 2º turno das Eleições, ficando condicionada a execução total do contrato à ocorrência do evento mencionado.

4.5.3. No preço ofertado deverão estar incluídos todos os tributos, tarifas, impostos e demais despesas incidentes sobre o serviço a ser executado. As licitantes devem observar que, independente das características de cada roteiro de um mesmo item, todos terão o mesmo valor.

4.6. Eventuais erros no preenchimento da proposta não são motivos para a desclassificação da mesma, quando esta puder ser ajustada pela licitante, sem a majoração do preço ofertado e sempre obedecendo-se ao prazo previsto no item 4.5.

4.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de entregar os produtos especificados, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido pela Administração, seus ajustes e adequação necessários.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo TRE-CE e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.10. A partir da apresentação da proposta no presente procedimento licitatório, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, a empresa e seus representantes autorizam a divulgação dos seus dados pessoais, em razão de documentos apresentados durante o certame ou na fase contratual, ficando o TRE-CE eximido de descumprimento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá com o modo de disputa “aberto/fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior

a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.

5.18. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023;

5.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304/2024.

5.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2. empresas brasileiras;

5.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

5.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.21. Nos termos do Decreto 12.304/2024, o(a) pregoeiro(a) convocará a licitante que efetivamente obteve vantagem no desempate ao declarar possuir programa de integridade, para encaminhar documento comprobatório da implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento do programa de integridade, juntamente com a sua proposta.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento, observado o critério estabelecido no edital e o valor estimado para a contratação.

5.22.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes e seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

5.22.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

5.22.3. A licitante será convocada para se manifestar quanto à negociação proposta no prazo máximo de 15(quinze) minutos quanto a sua aceitação ou recusa à solicitação realizada.

5.22.4. O(A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares especificados no item 4.5.1 deste edital.

5.22.5. É facultado ao(à) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido por mais 2(duas) horas, a partir

de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço e recebimento das propostas, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.24. O(A) pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

6.5.1. A fim de aferir a pertinência e adequação do enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o(a) pregoeiro(a) realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

6.5.2. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o(a) pregoeiro(a) relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

6.5.3. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo(a) pregoeiro(a) ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. O(A) pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

6.7.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

6.7.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR VALOR TOTAL POR ITEM**, **considerados os valores cotados para os dois turnos da eleição**, atendidas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo(a) pregoeiro(a) da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

7.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

7.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

7.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

7.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

7.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

7.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal, Estadual e Trabalhista, conforme segue:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos

da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.5.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.2.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados ou se encontrem fora do prazo de validade, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal previstos na legislação deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a) como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

7.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s).

7.3.2. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista ([Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016](#)) obedecerá o seguinte:

7.3.2.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

7.3.2.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará na inabilitação da licitante.

7.4. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

7.4.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, os termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

7.4.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

7.4.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

7.4.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

7.4.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.4.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

7.4.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer

trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

7.4.9. As declarações previstas neste item 7.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo(a) pregoeiro(a) durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

7.5. Para fins de habilitação deverá ser apresentado pela empresa licitante:

7.5.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.5.2. comprovante de inscrição no CNPJ ou CPF, se for o caso.

7.5.3. Para fins de qualificação técnica deverá ser apresentado pela empresa licitante:

7.5.3.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade operacional equivalente ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, se for o caso.

7.5.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Serviços da mesma natureza ou similares ao da presente contratação e demonstrando que a licitante executou, no mínimo, o equivalente a 5%, da quantidade de roteiros ou veículos prevista no objeto deste contrato, incluindo a disponibilização de motorista.

b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.5.4. Para fins de qualificação econômico-financeiro deverá ser apresentado pela empresa licitante:

7.5.4.1. **Balanço patrimonial** e demonstrações contábeis referentes aos 2(dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral – LG, Liquidez Corrente – LC, e Solvência Geral – SG superiores a 1 (um) ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, forem igual ou inferior a 1.

a). O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

b). As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

c). O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.5.5.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II;

7.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021,

quando o(a) pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

7.7. Os documentos e certidões exigidos para habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei 14.133/2021. A verificação pelo(a) pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação justificada do licitante, antes de findado o prazo estabelecido e poderão ser enviados mediante anexo ao sistema Compras.gov.br ou enviadas para o email enviadas para o e-mail selic@tre-ce.jus.br.

7.8. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

7.8.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

7.9. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a) deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

7.9.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a. identidade dos sócios;
- b. atuação no mesmo ramo de atividades;
- c. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.
- e. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

7.9.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o(a) pregoeiro(a) registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

7.9.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o(a) pregoeiro(a), ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;
- b. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

7.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou

consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.11. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.7.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

7.17.1. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.17.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 7.17.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, cabendo à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

7.18. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório, no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo terão vista franqueada aos interessados, que deverão solicitar através do e-mail selic@tre-ce.jus.br ou através de documento protocolizado neste Tribunal, a ser comunicado ao (à) Pregoeiro(a) deste Tribunal.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021.

9.2 A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

9.2.1 Advertência;

9.2.2 Multa de 5%, por hora ou fração, sobre o valor total da rota prejudicada pelo atraso injustificado do veículo respectivo em qualquer evento previsto no Termo de Referência;

9.2.2.1 Haverá tolerância de 15 minutos que, se extrapolados, estarão inclusos na contagem de tempo do atraso;

9.2.2.2 Caso o atraso descrito no subitem 9.2.2 exceda a 4 (quatro) horas, a multa aplicada será de 50% sobre o valor total da rota.

9.2.3 Multa de 1% sobre o valor total do item contratado, por dia de atraso injustificado, no cumprimento do item 5.16 do Anexo 2 - Termo de Referência, limitado ao percentual máximo de 10% ;

9.2.4 Multa de até 20% sobre o valor total da rota que não atenda ao disposto nos itens 6.25 e 6.28 do Termo de Referência e qualquer de seus subitens do Anexo 2 - Termo de Referência.

9.2.5 Multa de 20% sobre o valor total do item contratado, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas do Termo de Referência, Anexo 2;

9.2.6 Multa de até 10% sobre o valor total do item contratado, em caso de inexecução parcial do contrato, observando a proporcionalidade, utilizando a fórmula abaixo:

Valor da multa por inexecução parcial = $10\% \times A \times (C/B)$

Onde A = valor total do item

B = quantidade total de rotas do item

C = quantidade de rotas em que houve descumprimento parcial

9.2.7 Multa moratória de 0,07% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 2%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.8 Impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

9.2.9 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

9.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

9.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

9.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6 O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

9.7 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.8 Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, solicitada por meio do email selic@tre-ce.jus.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10.6. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

10.7. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.

10.8. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

11. DA CONSULTA AO CADIN E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após o encerramento da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta ao CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal, para fins do disposto nos artigos 6º e 6º- A da Lei nº 10.522/2002.

11.1.1. Constatada a existência de registro, será concedido à adjudicatária prazo de 15(quinze) dias, prorrogáveis a critério da Administração, para que seja comprovada a regularização.

11.1.2. Persistindo o registro, após concedido o prazo previsto no item anterior, o(a) pregoeiro(a) alertará a licitante vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de não celebrar o ajuste caso a situação se mantenha.

11.2. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será realizada nova consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e à comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.2.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, conforme art. 6º- A da Lei 10522/2002.

11.3. Homologado o resultado desta licitação, a contratação será efetivada por meio de assinatura de termo de contrato ou confirmação de recebimento da Nota de Empenho.

11.4. O contrato deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias, contados da data de convocação para sua assinatura.

11.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer cláusulas do Contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

11.6. É condição para a contratação manter os documentos exigidos para habilitação válidos. Caso não seja possível ao TRE/CE atualizá-los via Internet, a Contratada deverá providenciar sua atualização e apresentá-los a Seção de Contratos deste Tribunal, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a solicitação;

11.7. É facultado ao TRE/CE, quando o adjudicatário convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, no prazo estabelecido, caracteriza

o descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-o às sanções previstas neste Edital e anexos.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. Caso seja efetivada a contratação, será exigida da contratada a **prestação de garantia contratual**, na forma estabelecida na Cláusula Décima do Anexo 2 - Minuta de Contrato.

12.1.1 Caso haja opção pela apresentação da garantia na modalidade de seguro garantia, o futuro contratado deverá apresentá-la no prazo máximo de 31 (trinta e um) dias, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. Caso a Administração adote data diversa da prevista no item 2.1 para o início da vigência contratual, poderá a contratada solicitar a alteração do prazo de entrega, cabendo à autoridade superior apreciar as justificativas apresentadas e decidir a fixação de novo prazo;

12.1.2 Para a apresentação das demais modalidades de garantia, o prazo de será de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgado relatório final dos itens após encerrada a sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

13.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.tre-ce.jus.br.

13.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

13.11. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de Fortaleza/Ce com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e subanexos:

- ANEXO 1 – Modelo de Proposta
- ANEXO 2 – Termo de Referência e seus anexos
- ANEXO 3 - Estudos Técnicos Preliminares

- ANEXO 4 – Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO 5 – Preços de Referência.

Fortaleza, 8 de junho de 2026.

Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90050/2026 - TRE/CE**ANEXO 1 - MODELO DE PROPOSTA**

Dados da Empresa (NOME e CNPJ):

Endereço (incluindo CEP):

Fone e e-mail comercial:

Validade da proposta:

Prazo de entrega:

Dados Bancários:

Proposta de preços para prestação de serviço de transporte para distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Ceará para as Eleições 2026, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no edital e Anexo 2 – Termo de Referência.

Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 17ª, 23ª, 36ª, 37ª, 41ª, 50ª, 89ª, 97ª, 109ª, 120ª e 123ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	80	R\$...,....	R\$...,
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 17ª, 23ª, 36ª, 37ª, 41ª, 50ª, 89ª, 97ª, 109ª, 120ª e 123ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	80	R\$...,....	R\$...,
2	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 4ª, 5ª, 33ª, 52ª, 57ª, 67ª, 105ª, 111ª e 122ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	86	R\$...,....	R\$...,
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 4ª, 5ª, 33ª, 52ª, 57ª, 67ª, 105ª, 111ª e 122ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	86	R\$...,....	R\$...,

Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 22ª, 25ª, 32ª, 35ª, 64ª, 73ª, 74ª, 81ª, 96ª, 98ª e 108ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	78	R\$.,.,.,.	R\$.,.,.,.
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 22ª, 25ª, 32ª, 35ª, 64ª, 73ª, 74ª, 81ª, 96ª, 98ª e 108ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	78	R\$.,.,.,.	R\$.,.,.,.
4	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 21ª, 24ª, 40ª, 44ª, 45ª, 54ª, 65ª, 79ª e 121ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	79	R\$.,.,.,.	R\$.,.,.,.
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 21ª, 24ª, 40ª, 44ª, 45ª, 54ª, 65ª, 79ª e 121ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	79	R\$.,.,.,.	R\$.,.,.,.
5	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 7ª, 8ª, 9ª, 29ª, 47ª, 49ª, 66ª, 72ª, 75ª, 78ª, 84ª, 86ª, 88ª e 91ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	134	R\$.,.,.,.	R\$.,.,.,.
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 7ª, 8ª, 9ª, 29ª, 47ª, 49ª, 66ª, 72ª, 75ª, 78ª, 84ª, 86ª, 88ª e 91ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	134	R\$.,.,.,.	R\$.,.,.,.
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 19ª, 20ª, 39ª, 48ª, 61ª, 63ª, 99ª e 101ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	86	R\$.,.,.,.	R\$.,.,.,.

6 Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 19ª, 20ª, 39ª, 48ª, 61ª, 63ª, 99ª e 101ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	86	R\$.,.,.,.	R\$.,.,
7	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 6ª, 11ª, 12ª, 13ª, 43ª, 46ª, 59ª, 60ª e 62ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	110	R\$.,.,.,.	R\$.,.,
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 6ª, 11ª, 12ª, 13ª, 43ª, 46ª, 59ª, 60ª e 62ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	110	R\$.,.,.,.	R\$.,.,
8	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 10ª, 14ª, 15ª, 26ª, 69ª, 70ª, 76ª e 92ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	81	R\$.,.,.,.	R\$.,.,
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 10ª, 14ª, 15ª, 26ª, 69ª, 70ª, 76ª e 92ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	81	R\$.,.,.,.	R\$.,.,
9	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 16ª, 18ª, 27ª, 28ª, 31ª, 38ª, 53ª, 68ª, 71ª e 119ª Zonas Eleitorais para o 1º Turno das Eleições 2026.	Rota	84	R\$.,.,.,.	R\$.,.,
	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 16ª, 18ª, 27ª, 28ª, 31ª, 38ª, 53ª, 68ª, 71ª e 119ª Zonas Eleitorais para o 2º Turno das Eleições 2026, se houver.	Rota	84	R\$.,.,.,.	R\$.,.,
VALOR GLOBAL (1º TURNO E 2º TURNO, SE HOUVER)				R\$.,.,.,.	

Declaramos que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, custos, e demais despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

Declaramos que estamos de acordo com todas as exigências constantes no Edital e no Termo de Referência – Anexo 2 do Pregão Eletrônico 90050/2026.

_____/_____, de de 2026.

Nome do Representante Legal

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90050/2026 - TRE/CE

ANEXO 2 - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alíneas “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021)

1.1 Contratação de serviço de transporte para distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Ceará para as Eleições 2026, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 - Na classificação CATSER (Catálogo de Serviços), o código adotado é 3263 – Transporte Rodoviário – Cargas/Encomendas.

1.1.2 - O item foi dividido em nove lotes de acordo com a localização geográfica, conforme tabela abaixo.

ITEM		ESPECIFICAÇÃO CATSER	
Serviço de transporte para distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Ceará para as Eleições 2026.		Transporte Rodoviário - Cargas/Encomendas	3263
LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 17ª, 23ª, 36ª, 37ª, 41ª, 50ª, 89ª, 97ª, 109ª, 120ª e 123ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	80
2	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 4ª, 5ª, 33ª, 52ª, 57ª, 67ª, 105ª, 111ª e 122ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	86
3	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 22ª, 25ª, 32ª, 35ª, 64ª, 73ª, 74ª, 81ª, 96ª, 98ª e 108ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	78
4	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 21ª, 24ª, 40ª, 44ª, 45ª, 54ª, 65ª, 79ª e 121ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	79

ITEM		ESPECIFICAÇÃO CATSER	
5	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 7ª, 8ª, 9ª, 29ª, 47ª, 49ª, 66ª, 72ª, 75ª, 78ª, 84ª, 86ª, 88ª e 91ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	134
6	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 19ª, 20ª, 39ª, 48ª, 61ª, 63ª, 99ª e 101ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	86
7	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 6ª, 11ª, 12ª, 13ª, 43ª, 46ª, 59ª, 60ª e 62ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	110
8	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 10ª, 14ª, 15ª, 26ª, 69ª, 70ª, 76ª e 92ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	81
9	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 16ª, 18ª, 27ª, 28ª, 31ª, 38ª, 53ª, 68ª, 71ª e 119ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	84
TOTAL			818

NATUREZA DO OBJETO

1.2 O objeto deste Termo de Referência é a contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação do serviço transporte de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e respectivas cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Estado do Ceará nas Eleições 2026, utilizando-se de veículos e pessoal contratado.

1.3 Será facultado a cada empresa concorrer a um ou mais dos nove lotes discriminados no ANEXO I dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice a este Termo.

1.4 Os veículos disponibilizados pela empresa deverão atender às condições constantes deste Termo de Referência.

1.5 As urnas eletrônicas e as cabinas de votação serão distribuídas a partir dos locais de armazenamento cada zona eleitoral para os locais de votação no dia **03 de outubro de 2026, véspera do pleito**, e recolhidas dos locais de votação aos respectivos locais de apuração no dia **04 de outubro de 2026, ao final da votação**. Havendo 2º turno, a distribuição acontecerá no dia **24 de outubro de 2026**, e o recolhimento, no dia **25 de outubro de 2026**.

1.6 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum e não-contínuo, conforme justificativa constante dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.7 É admitida a subcontratação parcial para garantir a ampla concorrência por parte das interessadas. A quantidade de veículos usados concomitantemente (818 veículos), a quantidade de

municípios atendidos (89 municípios) e a capilaridade dos locais de votação (serão percorridos por volta de 135 mil quilômetros) torna a subcontratação necessária para possibilitar que empresas de vários portes possam concorrer, evitando o monopólio de grande grupos nacionais, o que poderia acarretar no aumento do preço ofertado.

1.8 A subcontratação não impede a responsabilização total da empresa(s) contratada(s).

1.9 Havendo divergências entre as especificações constantes deste Termo de Referência e aquelas cadastradas no CATSER informado, prevalece o especificado neste instrumento.

VIGÊNCIA

1.10 O prazo de vigência da contratação é 31 de dezembro de 2026 contado a partir da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada nos tópicos 3, 4 e 5 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. A especificação do objeto encontra-se pormenorizada no tópico 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

CICLO DE VIDA

3.2 Não se aplica.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

SUSTENTABILIDADE

4.1 Os cartórios eleitorais, quando das vistorias dos locais de votação, realizam estudos buscando a menor distância a percorrer com os veículos de cada rota de entrega e recolhimento das urnas e cabinas. Dessa forma, há o cuidado em se reduzir o gasto com combustível.

4.2 A exigência de um carro mais moderno ou elétrico para a presente contratação não é possível devido ao aumento dos custos que podem acarretar, além da dificuldade de contratação de uma frota mais específica para os municípios do interior.

SUBCONTRATAÇÃO

4.3 É admitida a subcontratação parcial do objeto, devendo a(s) Contratada(s) disponibilizar(em) ao menos um veículo de sua(s) propriedade(s).

4.3.1 É vedada a subcontratação total do serviço.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4 Será exigida prestação de garantia, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021, cabendo à CONTRATADA cumpri-la optando por uma das seguintes modalidades:

4.4.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

4.4.2 Seguro-garantia;

4.4.3 Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

4.4.4 Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.5 A garantia equivalerá a 5% do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições deste.

4.6 A garantia deverá se estender até 3 (três) meses após o término da vigência do contrato, devendo ser liberada somente mediante comprovação de que a CONTRATADA cumpriu todas as obrigações contratuais.

4.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

c) Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas

4.8 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.

4.9 No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.10 O contratante oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

VISTORIA DOS VEÍCULOS

4.11 A vistoria dos veículos está descrita nos itens 7.3 a 7.3.5 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice a este Termo.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

5.1 A(s) Contratada(s) deverão utilizar, para a distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas, as rotas constantes do ANEXO I dos Estudos Técnicos Preliminares, não sendo permitida a unificação de rotas ou alteração de seus percursos, salvo se expressamente autorizado por juiz(a) da zona eleitoral onde for prestado o serviço.

5.2 A(s) Contratada(s) assegurará(ão), junto aos seus prepostos, a execução exclusiva dos roteiros para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação, vedada a alteração ou o acréscimo de percursos e carga que não sejam para atendimento ao objeto deste contrato.

5.3 Deverá ser informado, com antecedência mínima de 15 dias do início da prestação dos serviços, a marca, o modelo, o ano e a placa dos veículos envolvidos na distribuição e recolhimento das urnas, bem como o nome completo dos motoristas e dos auxiliares e os números de seus telefones, em planilha própria fornecida pela gestão do contrato, indicando para qual rota cada um será designado.

5.4 Todos os motoristas e veículos deverão ser apresentados aos fiscais do contrato na sede de cada zona eleitoral, até três dias antes do início da prestação dos serviços, conforme agendamento prévio,

para fins de recebimento de instruções quanto às execução das rotas, utilização dos recibos e manuseio da urna eletrônica, dentre outras orientações, bem como para a realização de vistoria nos veículos.

5.5 Não serão aceitos veículos que, no período de execução dos serviços (véspera e dia da eleição) realizem qualquer atividade, remunerada ou não, ligada a candidato, partido político ou detentor de mandato eletivo.

5.6 A(s) Contratada(s) providenciará(ão) a substituição imediata de veículo que apresentar defeito ou pane que o impossibilite de realizar o trabalho de forma adequada, no prazo máximo de uma hora, devendo manter o auxiliar que iniciou a rota no carro substituído.

5.7 Os motoristas e auxiliares observarão rigorosamente o correto acondicionamento e manuseio da urna eletrônica, pois elas devem ser transportadas manualmente uma por vez e utilizando as duas abas da caixa de papelão ou até quatro urnas por vez com a utilização do carrinho de transporte, respeitando a indicação existente na caixa da urna quanto à posição correta. Toda a carga deverá estar acomodada de forma que as acelerações, freadas e curvas acentuadas do veículo não a faça tombar dentro dele.

5.8 A(s) Contratada(s) será(ão) responsável(is) por todos os bens transportados, devendo indenizar o Tribunal ou terceiros envolvidos por qualquer dano comprovado e provocado por culpa ou dolo por ocasião do transporte, carregamento e descarregamento, ficando o pagamento suspenso até que a situação seja resolvida.

5.9 Toda a movimentação de urnas será mediada por recibos de distribuição e recolhimento, que devem ser preenchidos e devolvidos aos fiscais do contrato nos cartórios eleitorais assim que se encerrarem os trabalhos, tanto no sábado como no domingo, como forma de comprovação da execução dos serviços.

5.10 Será considerado recebido provisoriamente o serviço do motorista que comparecer à vistoria determinada pelo fiscal do contrato, estiver com todos os documentos corretos e apresentar veículo em bom estado e apropriado a sua rota. Caso o fiscal do contrato encontre alguma irregularidade ou inadequação, deve comunicar por escrito à gestão para, em conjunto, buscarem a melhor solução possível junto a(s) empresa(s).

5.11 Os fiscais do contrato nas zonas eleitorais devem comunicar, por escrito, a gestão do contrato de quaisquer irregularidades ou inadequações para, em conjunto, buscarem a melhor solução possível junto à(s) Contratada(s).

5.12 Todos os funcionários da(s) Contratada(s), incluindo os terceirizados, devem tratar todos com urbanidade e cortesia.

PREPOSTO

5.13 A(s) Contratada(s) designará(ão), por escrito, preferencialmente por correspondência eletrônica, um preposto para cada lote sob sua responsabilidade até 30 dias antes do início da prestação dos serviços. A designação deve constar do nome completo do preposto, endereço de e-mail e o número do celular.

5.14 Os prepostos deverão se apresentar aos fiscais do contrato, em cada zona eleitoral pertencente ao seu lote, em até 15 dias antes do início da prestação dos serviços, mediante carta de apresentação, a fim de garantir a autenticidade da indicação.

5.15 Os telefones celulares dos prepostos deverão permanecer ligados 24hs por dia durante todo o período de execução do contrato.

5.16 A(s) Contratada(s) deve(m) lotar os prepostos em um dos municípios pertencentes ao respectivo lote por ocasião das vistorias e no período de 02 a 05 de outubro de 2026, bem como de 23 a 26 de outubro de 2026, em caso de 2º turno, com celular e transporte com combustível.

5.17 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção de preposto da empresa, hipótese em que a(s) Contratada(s) designará(ão) outra pessoa para o exercício da função.

5.18 A(s) Contratada(s) devem cumprir o cronograma não exaustivo de atividades abaixo:

Atividades da(s) Contratada(s)	Prazo
Apresentar seguro ou declaração de responsabilidade (item 6.24)	Até 15 dias após a assinatura do contrato
Designar um preposto para cada lote, com número de celular (item 5.13)	Até 03 de setembro (30 dias antes)
Informar a marca, o modelo, o ano e as placas dos veículos, bem como o nome completo dos motoristas e dos auxiliares, com os respectivos números de seus telefones (item 5.3)	Até 19 de setembro (15 dias antes)
Apresentar prepostos aos fiscais do contrato nas zonas eleitorais (item 5.14)	Até 19 de setembro (15 dias antes)
Apresentar veículos para vistorias (item 5.4)	Até 01 de outubro (03 dias antes)
Lotar os prepostos em um dos municípios pertencentes ao respectivo lote (item 5.16)	Vistorias, 02 a 05 de outubro (1º turno) e 23 a 26 de outubro (2º turno)
Distribuição das urnas	03 de outubro (1º turno), horário marcado pelo cartório e 24 de outubro (2º turno), horário marcado pelo cartório
Recolhimento das urnas	04 de outubro (1º turno), início às 17h e 25 de outubro (2º turno), início às 17h

LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.19 Os serviços serão prestados nos locais de armazenamento de urnas eletrônicas, locais de votação, locais de apuração e cartórios eleitorais de 89 zonas eleitorais do interior do Estado, constantes do ANEXO I dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo.

5.19.1 Os endereços dos cartórios eleitorais podem ser consultados neste link: <https://www.tre-ce.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais> .

5.19.2 Os telefones dos cartórios eleitorais estão disponíveis neste link: <https://www.tre-ce.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-1> .

5.20 Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

5.20.1 Para distribuição no dia 03 de outubro (1º turno) e 24 de outubro (2º turno, se houver): **todos os veículos devem estar em cada local de armazenamento de urnas eletrônicas no horário definido pela zona eleitoral e devem atuar com presteza para possibilitar o cumprimento dos horários previstos para a entrega das urnas em seus respectivos locais de votação;**

5.20.2 Para o recolhimento no dia 04 de outubro (1º turno) e 25 de outubro (2º turno, se houver): **todos os veículos devem estar no último local de votação de sua rota às 17h para efetuar o**

recolhimento de todas as urnas da rota até o local de apuração com a maior brevidade possível.

5.21 Qualquer atraso no início do recolhimento deverá ser prontamente comunicado e justificado ao respectivo fiscal do contrato para ciência e eventual busca de solução em conjunto com o preposto.

5.22 Os serviços poderão ser executados fora do horário comercial.

5.23 O horário de prestação do serviço poderá ser alterado a depender do interesse da Administração.

INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.24 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.24.1 Distribuição de 13.806 urnas eletrônicas e respectivas cabinas de votação a partir de 89 locais de armazenamento de urnas eletrônicas de 89 zonas eleitorais do interior do Estado para os locais de votação.

5.24.2 Recolhimento das 13.806 urnas eletrônicas e respectivas cabinas de votação a partir dos locais de votação para os locais de apuração das 89 zonas eleitorais do interior do Estado.

5.24.3 Serão necessários 818 veículos para a execução de 818 rotas, divididas em nove lotes, conforme item 1.1.2.

5.24.4 Ao todo, serão percorridos aproximadamente 134.790,44 quilômetros.

5.24.5 Os quantitativos podem ser alterados após a assinatura do contrato em função do processamento do cadastro eleitoral e das agregações de seções.

5.24.6 Cada urna eletrônica na caixa possui volume médio de 0,053m³ (cinquenta e três milésimos de metro cúbico) e peso médio de 9,0kg (nove quilogramas).

5.24.7 Além do motorista, as rotas com mais de cinco urnas devem contar com um auxiliar para carregamento e descarregamento das urnas eletrônicas e cabinas de votação.

5.24.8 Os veículos devem, ainda, ter capacidade para transportar um servidor, convocado ou colaborador do cartório eleitoral.

5.24.9 As informações de zonas, municípios, rotas, quantitativos de urnas eletrônicas, veículos e quilômetros estão detalhadas no ANEXO I deste Termo.

5.24.10 A execução dos serviços acontecerá em dois dias distintos: a distribuição, no dia **03 de outubro de 2026 (sábado de véspera da eleição)**; o recolhimento, no dia **04 de outubro de 2026 (dia da eleição)**. Havendo segundo turno, a distribuição acontece no dia **24 de outubro de 2026**, e o recolhimento, dia **25 de outubro de 2026**.

5.25 Todos os custos com combustível e manutenção ou conserto dos veículos são de responsabilidade da(s) Contratada(s).

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021)

REGRAS GERAIS

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre a contratante e a(s) contratada(s) devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato, a contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.7 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico buscará soluções e comunicará à gestão para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. Se as ocorrências forem inviabilizadoras da execução do contrato nas datas e horários aprazados, a gestão deve ser imediatamente comunicada.

6.8 A fiscalização técnica será exercida de forma descentralizada pelas chefias de cartório das zonas eleitorais do interior atendidas pelo contrato, ou pelos(as) seus substitutos, e de forma centralizada pela chefia da SEPEL - Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleições.

6.9 O fiscal técnico do contrato na zona eleitoral acompanhará sua execução, dentro da circunscrição da zona, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar a adequada prestação do serviço.

6.10 Após a prestação do serviço, o fiscal técnico deverá atestar sua execução à gestão para que se inicie os trâmites de pagamento e penalidades, se for o caso.

GESTOR DO CONTRATO

6.11 A gestão do contrato coordenará o acompanhamento e a fiscalização do(s) contrato(s) possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

6.11.1 - Formalizar o Estudo Técnico Preliminar- ETP

6.11.2 - Formalizar o Termo de Referência – TR

6.11.3 - Acompanhar a formalização do(s) contrato(s), eventuais aditivos, execução da prestação do serviço, pagamento, glosas e penalidades.

6.11.4 - Disponibilizar à(s) empresas os nomes dos fiscais do contrato, seus contatos telefônicos, os endereços dos cartórios eleitorais, as planilhas de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas

6.11.5 - Compilar as informações prestadas pelos fiscais do contrato, especialmente os atestados de execução do serviço, para iniciar os procedimentos de pagamento e de penalidades, se houver.

6.12 A gestão do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.13 A gestão do contrato emitirá documento unificado com o atesto de cumprimento da prestação do serviço. Tal documento conterá a avaliação dos fiscais técnicos quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) contratado(s) em sua zona eleitoral.

6.14 Após o recebimento dos atestados de execução de serviço pelos fiscais do contrato, a gestão do contrato, se necessário, tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.15 O gestor irá atuar como mediador entre os fiscais de contrato e a(s) empresa(s).

6.16 Cabe à gestão acompanhar a formalização do(s) contrato(s), eventuais aditivos, execução da prestação do serviço, pagamento, glosas e penalidades, se houver.

6.17 A gestão do contrato será exercida pelo titular da COELE - Coordenadoria de Eleições e, em

suplência, pelo(as) seus substitutos eventuais.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.18 São obrigações da Contratante:

6.18.1 Designar representante com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, determinando o que seja necessário para a regularização das falhas, faltas e defeitos observados;

6.18.2 Comunicar, imediatamente, à empresa qualquer irregularidade ou falha apresentada nos locais onde foram executados os serviços, para refazer os serviços, caso necessário;

6.18.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) Contratada(s) possa(m) cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste instrumento e da nota de empenho resultante desta contratação;

6.18.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço realizado em desacordo com as especificações exigidas;

6.18.5 Efetuar o pagamento conforme especificado neste Termo de Referência.

6.18.6 Disponibilizar à(s) empresa(s) as urnas eletrônicas e as cabinas de votação devidamente identificadas, acondicionadas e endereçadas no dia 03 de outubro de 2026, véspera do pleito. Havendo 2º turno, de igual modo, no dia 24 de outubro de 2026.

6.18.7 Assegurar que haja pessoa responsável para receber as urnas eletrônicas e as cabinas nos locais de votação dentro de faixa de horário previamente definida.

6.18.8 Efetuar o pagamento de acordo com os valores e condições estipulados na(s) proposta(s) de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), efetuando descontos, se for o caso, de acordo com a medição dos serviços - item 7 deste Termo.

6.18.9 Promover, através da gestão e dos fiscais do contrato, seu acompanhamento e a fiscalização da sua execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à(s) Contratada(s) as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas.

6.18.10 Fornecer as informações referentes às rotas de entrega e recolhimento das urnas, bem como locais, datas e horários da execução dos serviços com a antecedência mínima de 6 dias da data marcada para a distribuição das urnas eletrônicas e das cabinas de votação.

6.18.11 Fornecer os recibos de entrega de urnas eletrônicas que serão conduzidas em cada rota, onde constarão a quantidade de urnas eletrônicas entregues em cada local de votação, mediante a assinatura do Delegado de Prédio responsável pelo recebimento em cada local.

6.18.12 Dar quitação à(s) Contratada(s), por meio de recibo com assinatura devidamente identificada, da execução dos transportes das urnas eletrônicas e cabinas de votação após o recolhimento aos locais de apuração.

6.18.13 Acompanhar o embarque e o desembarque das urnas eletrônicas e cabinas de votação, além de anotar o horário de carga e descarga e a quantidade de urnas eletrônicas embarcadas/desembarcadas.

6.18.14 Abster-se de efetuar ingerência indevida na gestão interna da(s) empresa(s) contratada(s).

OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S) GERAIS

6.19 Informar, após a assinatura do contrato, número de telefone e correio eletrônico, bem como o endereço da sede da empresa, a fim de poder receber as notificações e comunicações do TRE-CE.

6.20 Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

6.21 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações obrigar-se-á(ão) a atender prontamente.

6.22 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações que se fizerem necessárias, nos termos do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021.

6.23 Submeter-se os demais dispositivos do(s) contrato(s), da Lei nº 14.133/2021 e à legislação complementar.

6.24 Providenciar seguro total para as urnas ou responsabilizar-se por perda ou danos causados a elas. A aceitação, por parte do Tribunal, está condicionada à apresentação da apólice de seguro ou de declaração de responsabilidade até 15 dias após a assinatura do contrato, observando sempre sua vigência.

6.24.1 Para cada urna eletrônica perdida ou danificada de forma irreparável, a(s) Contratada(s) deverá(ão) indenizar a Contratante no valor de R\$ 5.965,15.

6.24.2 No caso de outros danos causados à urna eletrônica, a(a) contratada(s) obrigar-se-á(ão) a aceitar orçamento efetuado pela empresa contratada pelo TSE para manutenção.

QUANTO AOS VEÍCULOS

6.25 Empregar veículos, próprios ou sublocados, em igual número ao das rotas previstas no anexo I, que atendam aos seguintes requisitos:

6.25.1 Apresentar boas condições de conservação estrutural, mecânica e elétrica, apresentando todos os itens obrigatórios de segurança, cinto de segurança, limpadores de para-brisas, luzes, dentre outros, além de boa conservação dos pneus;

6.25.2 Possuir documentação, rigorosamente em dia, no tocante ao pagamento de impostos, seguros e taxas legalmente exigidas, podendo estas comprovações ser requeridas, a qualquer tempo, pela CONTRATANTE;

6.25.3 Não conter, na parte interna ou externa, quaisquer propagandas alusivas a candidatos, partidos políticos, ou que possuam conteúdo pornográfico, ofensivo, discriminatório ou inadequado ao serviço público e ao processo eleitoral;

6.25.4 Possuir, no caso de veículos do tipo utilitário, capota rígida ou outra que garanta segurança às urnas, resguardando-as também de poeira e intempéries;

6.25.5 Possuir capacidade de transportar em uma única viagem, além do motorista, um auxiliar e um servidor indicado pelo respectivo cartório eleitoral, todas as urnas e igual número de cabinas de seu roteiro;

6.25.6 Dispor de, no mínimo, 01 (um) veículo de propriedade da empresa, uma vez que é vedada a sublocação total de veículos para a realização do serviço.

6.26 Disponibilizar, em dia previamente ajustado com o cartório eleitoral, os veículos para vistoria até no máximo 03 (três) dias antes da data do pleito;

6.27 Incluir no valor da contratação o abastecimento dos veículos a serem utilizados.

QUANTO AO PESSOAL

6.28 Contratar motoristas que possuam habilitação regular e compatível com o tipo de veículo que irão conduzir, de acordo com o Código Nacional de Trânsito, podendo esta documentação ser exigida a qualquer tempo pelo TRE-CE. Os motoristas devem possuir também capacidade física para função de carga e descarga das urnas eletrônicas.

6.28.1 O motorista exercerá, ainda, a função de organização da carga/descarga e de preenchimento dos recibos do roteiro.

6.28.2 Contratar, nas rotas que compreenderem número de urnas superior a 5 (cinco), além do motorista, 1 (um) auxiliar, maior de 18 anos, com capacidade física para função de carga e descarga das urnas eletrônicas.

6.29 Apresentar, preferencialmente uniformizados, os motoristas, os auxiliares e os prepostos adequadamente vestidos com calça, blusa ou camisa, calçados com sapato ou tênis e identificados

mediante crachá. É expressamente vedado o uso de vestimentas que identifiquem candidato, partido ou que sejam contrárias ao decoro;

6.30 Certificar-se de que todo o pessoal empregado não seja filiado a qualquer partido político;

6.31 Manter o quantitativo necessário de pessoal para atendimento do serviço, conforme previsto no objeto deste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com este Tribunal.

6.32 Os motoristas, os auxiliares e os prepostos deverão preencher a declaração que consta no Anexo II, que será entregue pelos fiscais de contrato onde afirmam seguir as regras e vedações contidas no contrato, em especial quanto ao comportamento e ao apoio a algum candidato ou partido político

DAS RESPONSABILIDADES CIVIL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.33 Assumir a responsabilidade por todos os tributos, encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados, incluindo os terceirizados, se for o caso, não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.

6.34 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, se forem vítimas os seus empregados ou os empregados terceirizados, quando da prestação do serviço ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do próprio Tribunal ou utilizada a seu serviço.

6.35 Assumir toda e qualquer demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação do serviço, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021)

MEDIÇÃO

7.1 Para se avaliar a prestação dos serviços, a gestão fornecerá formulário próprio aos fiscais do contrato que devem informar eventuais falhas e/ou descumprimentos das obrigações por parte da(s) empresa(s) contratada(s).

7.2 A gestão sugerirá a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando constatar que a(s) contratada(s) deixaram de distribuir e/ou recolher urnas eletrônicas.

7.2.1 Para efeito de cálculo da glosa devida, o valor médio da urna eletrônica no lote será calculado pela divisão do preço do lote pelo total de urnas que deveriam ter sido efetivamente entregues e recolhidas pela(s) contratadas, total esse definido somente após as agregações de seção e o fim do processamento do cadastro eleitoral.

7.2.2 O valor médio por urna englobará sua distribuição e seu recolhimento.

7.2.3 A glosa será o resultado do total de urnas eletrônicas não distribuídas e/ou não recolhidas multiplicado pelo valor médio da urna no lote dividido pela metade.

7.2.4 A fiscalização do contrato na SEPEL fará a compilação das falhas e cálculo da glosa por lote mediante o formulário abaixo, que instruirá o processo de pagamento:

ELEIÇÕES 2026 - _____ TURNO LOTE: _____ EMPRESA: _____	PREÇO DO LOTE (a): _____ TOTAL DE URNAS DO LOTE (b): _____ VALOR MÉDIO DA URNA NO LOTE (a) ÷ (b): _____ (c) VALOR A SER DESCONTADO PELA NÃO DISTRIBUIÇÃO E/OU NÃO RECOLHIMENTO (c) ÷ 2: (d)	
FALHA	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS (e)	GLOSA (d) x (e)
Urna não distribuída (item 1.5)		
Urna não recolhida (item 1.5)		
Fortaleza, _____ Data	_____	
	Fiscalização do contrato - SEPEL	

7.3 A realização de retenção ou glosa no pagamento não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços e eventuais penalidades decorrentes do descumprimento total ou parcial do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.5 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.7 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, após o pagamento, será encaminhado o processo à Secretaria de Administração, ocasião na qual será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

7.11 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.11.1 No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% ao ano, capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.11.2 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

FORMA DE PAGAMENTO

7.12 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sob a mesma titularidade.

7.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14 Quando do pagamento, será efetuado o recolhimento tributário da seguinte forma:

7.14.1 – Em relação ao transporte de urnas e cabinas dentro da sede da zona (transporte intramunicipal) deverá ser emitida nota fiscal de prestação de serviço;

7.14.2 – Em relação ao transporte de urnas e cabinas entre municípios da zona (transporte intermunicipal) deverá ser emitido DACTE.

7.15 Serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os tributos federais e municipal, quando devidos, observando-se os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.16 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O(s) prestador(es) do serviço será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com a adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE.

8.2 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo lote, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta, às custas da licitante.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.8 A etapa de habilitação compreenderá ainda:

8.4.8.1 Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU;

8.4.8.2 Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;

8.4.8.3 Consulta ao CNAE da empresa no sítio da Receita Federal;

8.4.8.4 Consulta “on-line” ao SICAF da composição societária da licitante;

8.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.5.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5.2 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.5.3 Nos casos de entrega parcelada, caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.5.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

8.5.5 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º)

8.5.6 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.6.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.6.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.6.2.1 Serviços da mesma natureza ou similares ao da presente contratação e demonstrando que a licitante executou, no mínimo, o equivalente a 5%, da quantidade de roteiros ou veículos prevista no objeto deste contrato, incluindo a disponibilização de motorista.

8.6.2.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.6.2.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.6.2.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021)

9.1 O custo estimado da contratação está previsto no Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice deste documento.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133/2021)

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

I) *Gestão/Unidade*: TRE-CE 070007/00001

II) *Fonte de Recursos*: Recursos Ordinários 1000000000

III) *Programa de Trabalho*: PTRES 167.864 - Pleitos Eleitorais (discricionário)

IV) *Elemento de Despesa*: 339039 – Outros serviços de terceiros - PJ

V) *Plano Interno*: UEL TRANSP1 e UEL TRANSP2

11 - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 A gestão do(s) contrato(s) caberá à Coordenadoria de Eleições – COELE e sua suplência ao substituto.

11.2 A Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleições – SEPEL e os chefes de cartório, em suas respectivas zonas eleitorais, serão fiscais técnicos do(s) contrato(s).

12 - PENALIDADES

12.1 A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

12.2 A CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida ampla e prévia defesa em processo administrativo:

12.2.1 Advertência;

12.2.2 Multa de 5%, por hora ou fração, sobre o valor total da rota prejudicada pelo atraso injustificado do veículo respectivo em qualquer evento previsto neste Termo de Referência;

12.2.2.1 Haverá tolerância de 15 minutos que, se extrapolados, estarão inclusos na contagem de tempo do atraso;

12.2.2.2 Caso o atraso descrito no subitem 12.2.2 exceda a 4 (quatro) horas, a multa aplicada será de 50% sobre o valor total da rota.

12.2.3 Multa de 1% sobre o valor total do lote contratado, por dia de atraso injustificado, no cumprimento do item 5.16 deste Termo de Referência, limitado ao percentual máximo de 10% ;

12.2.4 Multa de até 20% sobre o valor total da rota que não atenda ao disposto nos itens 6.25 e 6.28 e qualquer de seus subitens deste Termo de Referência.

12.2.5 Multa de 20% sobre o valor total do lote contratado, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;

12.2.6 Multa de até 10% sobre o valor total do lote contratado, em caso de inexecução parcial do contrato, observando a proporcionalidade, utilizando a fórmula abaixo:

Valor da multa por inexecução parcial = $10\% \times A \times (C/B)$

Onde A = valor total do lote

B = quantidade total de rotas do lote

C = quantidade de rotas em que houve descumprimento parcial

12.2.7 Multa moratória de 0,07% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do Contrato, até o máximo de 2%, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme

dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.8 Impedimento de licitar e contratar com Administração Pública Federal direta e indireta, por prazo não superior a 3 (três) anos, (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

12.2.9 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

12.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis foram superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

12.7 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.8 Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

(Assinado eletronicamente)

MARIANA GONÇALVES MARTINS ARAÚJO
Chefe da Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleições
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)

Stênio Gardel Maia
Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleições
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)
FRANCISCO GLADSON MURITIBA FERNANDES
Coordenador de Eleições
Integrante Administrativo

(Assinado eletronicamente)
LORENA DE ALMEIDA MORAIS
Secretária de Eleições, Atendimento ao Eleitor e Cidadania

[ANEXO I – ROTAS DE DISTRIBUIÇÃO E RECOLHIMENTO DE URNAS ELETRÔNICAS E CABINAS DE VOTAÇÃO – ZONAS DO INTERIOR](#)
[ANEXO II - DECLARAÇÃO PARA MOTORISTA, AUXILIARES E PREPOSTOS](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90050/2026 - TRE/CE
ANEXO 3 - ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021)

Para garantir a votação nas Eleições 2026, o TRE-CE precisa assegurar que todas as urnas eletrônicas e as respectivas cabinas de votação saiam dos locais de armazenamento das zonas do interior do Ceará para estarem nos locais de votação no sábado, véspera do pleito.

O TRE-CE precisa garantir também que as urnas eletrônicas retornem dos locais de votação para os locais de apuração das zonas eleitorais, onde funcionam as juntas apuradoras, ao final dos trabalhos, para possibilitar a apuração e a totalização dos votos de forma rápida e segura.

O objeto desta futura contratação contempla 89 zonas do interior do Estado, que possuem mais de 6 mil locais de votação, distribuídos em 818 rotas de entrega e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação.

Uma vez que o TRE-CE não dispõe de frota suficiente para a execução do serviço no prazo exigido, a contratação, por meio de licitação, torna-se imprescindível, a fim de se conferir segurança ao pleito e de se permitir celeridade na apuração da eleição, especialmente nos casos em que se faz necessária a presença da urna eletrônica diante da junta eleitoral.

2. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES (art. 18, §1º, inciso II)

A presente contratação não consta no Plano Anual de Contratação, porém está prevista no Planejamento Integrado de Eleição – PIE 2026, doc SEI 0001288366, homologado pela decisão do doc SEI 0001288672.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso III)

3.1 Para atender a necessidade o TRE/CE, a solução deve preencher os seguintes requisitos:

- a) serviço de transporte de urnas eletrônicas e cabinas de votação em duas etapas:
 - distribuição: dos locais de armazenamento das urnas eletrônicas das zonas eleitorais do interior do Ceará para os locais de votação no sábado, véspera do pleito, e;
 - recolhimento: dos locais de votação para os locais de apuração dos cartórios eleitorais no dia do pleito, após o encerramento da votação.
- b) serviço de transporte com prazos e quantitativos previamente definidos;
- c) serviço de transporte executado por veículos em igual número de rotas de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação, ou seja, para cada rota deve ser destinado um veículo, que deve possuir capacidade de transportar em uma única viagem, todas as urnas eletrônicas e igual número de cabinas de votação da sua rota;
- d) serviço de transporte, carga e descarga de material, incluindo, portanto, além dos veículos, a mão de obra: motoristas e, para rotas com mais de cinco urnas, auxiliares;
- e) os veículos devem ter ainda capacidade de ocupação para um servidor, convocado ou colaborador do cartório eleitoral;
- f) serviço de transporte simultâneo em todas as zonas eleitorais do interior do Ceará, de modo a assegurar o atendimento aos exíguos e inadiáveis prazos e datas de execução;
- g) serviço de transporte realizado por veículos próprios da(s) contratada(s), permitida a sublocação parcial;
- h) serviço de transporte realizado por veículos em boas condições de conservação estrutural, mecânica e elétrica, apresentando todos os itens obrigatórios de segurança, como cinto de

segurança, limpadores de para-brisa, lanternas, faróis e luzes em pleno funcionamento, pneus em boas condições, dentre outros, de forma a permitir o transporte tranquilo e seguro tanto das urnas eletrônicas e cabinas de votação, como do pessoal contratado pela própria empresa e do cartório eleitoral;

i) serviço de transporte realizado por veículos com documentação em dia e;

j) os motoristas devem portar CNH válida e compatível com o veículo que irão conduzir.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES (art. 18, §1º, inciso IV)

4.1 QUANTITATIVOS

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação de 89 zonas eleitorais do interior do Estado para as Eleições 2026.	Rota	818

4.2 METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Considerando a execução em duas etapas, conforme apontado no item 3.1.a deste estudo, o grande número de urnas a serem transportadas, o exíguo tempo para distribuir e posteriormente recolher tais equipamentos, a necessidade de utilizar muitos veículos ao mesmo tempo, e por fim, visando ao aumento da competitividade no processo licitatório, o serviço foi dividido em nove lotes, de acordo com a localização geográfica de cada uma.

Após as vistorias dos locais de votação, as zonas eleitorais definem as rotas de entrega e recolhimento que melhor atendem às necessidades da zona, buscando, sempre que possível, as menores distâncias. A definição das rotas permite a estimativa:

- do total de rotas: esse total é igual ao total de veículos necessários, já que cada rota deve ser executada, obrigatoriamente, por um veículo;
- do total de urnas eletrônicas e cabinas de votação de cada rota, depois, de cada zona e, finalmente, de cada lote: esses quantitativos servirão tanto para alocar os veículos em cada rota, como para subsidiar a definição do preço de cada lote por parte das licitantes e;
- do total de quilômetros de cada rota, depois, de cada zona e, finalmente, de cada lote: esses totais também podem ajudar as licitantes na definição dos preços.

Os quantitativos estão resumidos no item a seguir e mais detalhados no ANEXO I.

4.3 MEMÓRIA DE CÁLCULO E/OU OUTROS DOCUMENTOS QUE SERVIRAM DE SUPORTE PARA A DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS

As rotas de cada zona eleitoral estão detalhadas no ANEXO I. Ressalte-se que o total de urnas eletrônicas e cabinas de votação é estimado, podendo variar após a assinatura do contrato, uma vez que há ajustes decorrentes das agregações de seções eleitorais e dos impactos da movimentação do cadastro eleitoral em virtude do seu encerramento, situação prevista no art. 91 da Lei nº 9.504/97.

Apresenta-se a seguir um resumo das informações:

Lote	Qtde Zonas	Qtde Municípios	Qtde urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município
				Nº	Sede					
				17	Itapipoca	12	284	Itapipoca	10	219
				23	São Luís do Curu	5	151	Tururu	2	65
								São Luís do Curu	2	54
								Umirim	2	62
								Uruburetama	1	35

1	11	18	2055	36	São Gonçalo do Amarante	5	120	São Gonçalo do Amarante	5	120
				37	Caucaia	6	290	Caucaia	6	290
				41	Itapajé	13	212	Irauçuba	4	75
								Itapajé	5	71
								Tejuçuoca	4	66
				50	Pentecoste	9	185	Apuiarés	2	54
								General Sampaio	2	35
								Pentecoste	5	96
				89	Amontada	7	142	Amontada	5	94
								Miraíma	2	48
				97	Trairi	11	157	Trairi	11	157
				109	Paracuru	4	150	Paracuru	2	96
								Paraipaba	2	54
120	Caucaia	4	135	Caucaia	4	135				
123	Caucaia	4	229	Caucaia	4	229				
Total						80	2055		80	2055

Lote	Qtidade Zonas	Qtidade Municípios	Qtidade urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município
				Nº	Sede					
2	9	20	1371	4	Maranguape	8	47	Palmácia	8	47
				5	Baturité	12	137	Baturité	4	49
								Guaramiranga	2	25
								Mulungu	2	35
								Pacoti	4	28
				33	Canindé	18	245	Canindé	14	173
								Itatira	4	72
				52	Redenção	11	145	Acarape	3	42
								Barreira	4	67
								Redenção	4	36
				57	Pacatuba	4	208	Guaiúba	2	73
								Pacatuba	2	135
				67	Aracoiaba	11	161	Aracoiaba	6	79
								Ocara	5	82
				105	Capistrano	11	113	Aratuba	3	51
								Capistrano	4	21
								Itapiúna	4	41
				111	Caridade	7	85	Caridade	3	32
								Paramoti	4	53
122	Maracanaú	4	231	Maracanaú	4	231				
Total						86	1372		86	1372

Lote	Qtidade Zonas	Qtidade Municípios	Qtidade urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município
				Nº	Sede					
				22	São Benedito	12	179	Carnaubal	6	64
								São Benedito	6	115
				25	Granja	11	216	Granja	7	138
								Martinópole	2	35
								Uruoca	2	43
				32	Camocim	8	158	Camocim	8	158

3	11	20	1547	35	Viçosa do Ceará	8	139	Viçosa do Ceará	8	139
				64	Coreaú	6	83	Coreaú	3	39
								Moraújo	3	44
				73	Ibiapina	7	182	Ibiapina	3	77
								Ubajara	4	105
				74	Guaraciaba do Norte	6	118	Croatá	3	60
								Guaraciaba do Norte	3	58
				81	Tianguá	8	238	Frecheirinha	1	46
								Tianguá	7	192
				96	Bela Cruz	5	83	Bela Cruz	2	41
Marco	3	42								
98	Itarema	3	76	Itarema	3	76				
108	Chaval	4	75	Barroquinha	3	49				
				Chaval	1	26				
Total						78	1547		78	1547

Lote	Qtidade Zonas	Qtidade Municípios	Qtidade urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município
				Nº	Sede					
4	9	22	1509	21	Ipu	6	104	Ipu	4	65
								Pires Ferreira	2	39
				24	Sobral	11	332	Alcântaras	2	44
								Meruoca	2	46
								Sobral	7	242
				40	Ipueiras	8	171	Ipueiras	5	122
								Poranga	3	49
				44	Santana do Acaraú	6	149	Morrinhos	2	71
								Santana do Acaraú	4	78
				45	Massapê	7	82	Massapê	5	59
								Senador Sá	2	23
				54	Santa Quitéria	13	196	Catunda	2	33
								Hidrolândia	3	62
								Santa Quitéria	8	101
				65	Cariré	11	105	Cariré	6	40
								Groaíras	2	12
								Varjota	3	53
				79	Reriutaba	8	156	Graça	3	48
Mucambo	2	45								
Pacujá	1	24								
Reriutaba	2	39								
121	Sobral	9	214	Forquilha	3	70				
				Sobral	6	144				
Total						79	1509		79	1509

Lote	Qtidade Zonas	Qtidade Municípios	Qtidade urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município
				Nº	Sede					
				7	Cascavel	11	185	Cascavel	8	113
								Pindoretama	3	72
				8	Aracati	13	239	Aracati	9	123
								Fortim	2	57
								Icapuí	2	59

5	14	27	2159	9	Russas	11	147	Palhano	2	35
								Russas	9	112
				29	Limoeiro do Norte	12	197	Limoeiro do Norte	8	131
								Quixeré	4	66
				47	Morada Nova	15	178	Ibicuitinga	3	52
								Morada Nova	12	126
				49	Pacajus	11	221	Chorozinho	4	72
								Pacajus	7	149
				66	Aquiraz	6	174	Aquiraz	6	174
				72	Jaguaretama	8	97	Jaguaretama	6	63
								Jaguaribara	2	34
				75	Jaguaruana	8	95	Itaiçaba	2	29
								Jaguaruana	6	66
				78	Horizonte	7	174	Horizonte	5	109
								Itaitinga	2	65
				84	Beberibe	8	121	Beberibe	8	121
				86	Alto Santo	12	96	Alto Santo	5	53
								Iracema	2	19
								Potiretama	5	24
				88	Eusébio	3	111	Eusébio	3	111
				91	Tabuleiro do Norte	9	124	São João do Jaguaribe	2	25
								Tabuleiro do Norte	7	99
Total						134	2159		134	2159

Lote	Qtidade Zonas	Qtidade Municípios	Qtidade urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município
				Nº	Sede					
6	8	15	1042	19	Tauá	18	187	Parambu	9	77
								Tauá	9	110
				20	Crateús	15	254	Crateús	11	200
								Ipaporanga	4	54
				39	Independência	9	76	Independência	9	76
				48	Nova Russas	7	96	Ararendá	3	45
								Nova Russas	4	51
				61	Tamboril	9	97	Monsenhor Tabosa	3	29
								Tamboril	6	68
				63	Boa Viagem	13	153	Boa Viagem	9	101
								Madalena	4	52
				99	Novo Oriente	10	120	Novo Oriente	4	47
								Quiterianópolis	6	73
				101	Aiuaba	5	59	Aiuaba	2	28
								Arneiroz	3	31
Total						86	1042		86	1042

Lote	Qtidade Zonas	Qtidade Municípios	Qtidade urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município
				Nº	Sede					
				6	Quixadá	28	249	Banabuiú	7	60
								Choró	6	46
								Ibaretama	4	48
								Quixadá	11	95

7	9	20	1567	11	Quixeramobim	11	173	Quixeramobim	11	173
				12	Senador Pompeu	7	126	Piquet Carneiro	2	70
								Senador Pompeu	5	56
				13	Iguatu	20	390	Cedro	4	124
								Iguatu	10	208
								Quixelô	6	58
				43	Jucás	11	160	Cariús	5	41
								Jucás	3	48
								Saboeiro	3	71
				46	Mombaça	5	72	Mombaça	5	72
				59	Pedra Branca	7	100	Pedra Branca	7	100
				60	Acopiara	11	156	Acopiara	8	115
								Catarina	3	41
				62	Várzea Alegre	10	141	Farias Brito	4	43
Granjeiro	1	12								
Várzea Alegre	5	86								
						110	1567		110	1567

Lote	Qtidade Zonas	Qtidade Municípios	Qtidade urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município				
				Nº	Sede									
8	8	18	1046	10	Jaguaribe	12	126	Ereré	3	22				
								Jaguaribe	3	41				
								Pereiro	6	63				
				14	Lavras da Mangabeira	4	97	Lavras da Mangabeira	4	97				
								15	Icó	16	318	Icó	10	189
												Orós	4	98
				Umari	2	31								
				26	Milagres	8	92	Abaiara	3	33				
								Milagres	5	59				
				69	Aurora	6	46	Aurora	6	46				
				70	Brejo Santo	18	154	Brejo Santo	6	57				
								Jati	5	31				
								Penaforte	3	30				
								Porteiras	4	36				
				76	Mauriti	8	110	Mauriti	8	110				
				92	Barro	9	103	Baixio	2	23				
								Barro	5	44				
								Ipauimirim	2	36				
Total						81	1046		81	1046				

Lote	Qtidade Zonas	Qtidade Municípios	Qtidade urnas	Zonas		Rotas por zona	Urnas por zona	Municípios	Rotas por município	Urnas por município
				Nº	Sede					
				16	Missão Velha	6	66	Missão Velha	6	66
				18	Assaré	8	139	Antonina do Norte	2	31
								Assaré	3	68
								Tarrafas	3	40
				27	Crato	16	309	Crato	16	309
				28	Juazeiro do Norte	6	187	Juazeiro do Norte	6	187

9	10	17	1509	31	Barbalha	7	151	Barbalha	7	151
				38	Campos Sales	8	108	Campos Sales	4	49
								Salitre	4	59
				53	Nova Olinda	9	117	Altaneira	2	24
								Nova Olinda	3	43
								Santana do Cariri	4	50
				68	Araripe	6	45	Araripe	4	35
								Potengi	2	10
				71	Caririaçu	6	63	Caririaçu	6	63
				119	Juazeiro do Norte	12	324	Jardim	6	98
Juazeiro do Norte	6	226								
Total						84	1509		84	1509

TOTAL	89	177	13806		818	13806		818	13806
-------	----	-----	-------	--	-----	-------	--	-----	-------

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, inciso V)

5.1 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES POSSÍVEIS

SOLUÇÃO 01	Contrato 47/2024 TRE/CE	
	O objeto do presente Instrumento é a contratação de serviços de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e respectivas cabinas de votação nos municípios do interior do Estado do Ceará, utilizando-se de veículos e pessoal contratado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.	
	FORNECEDOR	J.L.M de Almeida EPP CNPJ 86.960.721/0001-69
	VALOR ESTIMADO	R\$ 1.569.836,22
	PREÇO ÚLTIMA CONTRATAÇÃO	R\$ 776.730,02
OBSERVAÇÕES	O preço da última contratação se refere aos lotes 1, 2, 4, 6, 7, e 8.	

SOLUÇÃO 02	Contrato 48/2024 TRE/CE	
	O objeto do presente Instrumento é a contratação de serviços de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e respectivas cabinas de votação nos municípios do interior do Estado do Ceará, utilizando-se de veículos e pessoal contratado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato	
	FORNECEDOR	CECOL - Centro de Comércio e Locação - LTDA CNPJ 03.515.317/0001-59
	VALOR ESTIMADO	R\$ 1.569.836,22
PREÇO ÚLTIMA CONTRATAÇÃO	R\$ 387.608,00	

SOLUÇÃO 02	<p align="center">Contrato 48/2024 TRE/CE</p> <p align="center">O objeto do presente Instrumento é a contratação de serviços de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e respectivas cabinas de votação nos municípios do interior do Estado do Ceará, utilizando-se de veículos e pessoal contratado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato</p>
OBSERVAÇÕES	<p>O preço da última contratação se refere aos lotes 3, 5 e 9. Somando-se os preços das soluções 1 e 2, tem-se:</p> <p align="center">Preço total da última contratação: R\$ 1.164.338,02</p>

SOLUÇÃO 03	<p align="center">Contrato 44/2024 TRE/PE</p> <p align="center">O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de gerenciamento logístico e disponibilização de transporte rodoviário para a coleta, transporte e entrega das urnas eletrônicas preparadas para as Eleições 2024 no 1º turno e 2º turno, se houver, e seu posterior recolhimento, transporte e devolução aos locais indicados, consoante as especificações estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital) e na Proposta da Contratada.</p>
FORNECEDOR	J.L.M de Almeida CNPJ 86.960.721/0001-69
VALOR ESTIMADO	R\$ 1.070.960,60
PREÇO ÚLTIMA CONTRATAÇÃO	R\$ 550.724,30
OBSERVAÇÕES	O preço da última contratação se refere aos lotes 1 e 3.

SOLUÇÃO 04	<p align="center">Contrato 45/2024 TRE/PE</p> <p align="center">O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de gerenciamento logístico e disponibilização de transporte rodoviário para a coleta, transporte e entrega das urnas eletrônicas preparadas para as Eleições 2024 no 1º turno e 2º turno, se houver, e seu posterior recolhimento, transporte e devolução aos locais indicados, consoante as especificações estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I ao Edital) e na Proposta da Contratada.</p>
FORNECEDOR	Pimentel Turismo e Transportes LTDA CNPJ 07.612.370/0001-29
VALOR ESTIMADO	R\$ 1.070.960,60
PREÇO ÚLTIMA CONTRATAÇÃO	R\$ 314.308,99
OBSERVAÇÕES	<p>O preço da última contratação se refere aos lotes 2 e 4. Somando-se os preços das soluções 3 e 4, tem-se:</p> <p align="center">Preço total da última contratação: R\$ 865.033,29</p>

5.2. JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR (art. 18, §1º, inciso V)

A demanda de que trata este estudo consiste no serviço de transporte para distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Ceará para as Eleições 2026. Esse transporte deve ser realizado em duas etapas:

- distribuição: dos locais de armazenamento das urnas eletrônicas das zonas eleitorais do interior do Ceará para os locais de votação no sábado, véspera do pleito, e;
- recolhimento: dos locais de votação para os locais de apuração dos cartórios eleitorais no dia do

pleito, após o encerramento da votação.

Para atender a essa demanda, a solução deve levar em conta ainda o grande número de urnas movimentadas ao mesmo tempo, aproximadamente 14 mil, o grande número de diferentes locais de votação, mais de 6 mil, e o curto espaço de tempo para realização das atividades, em especial na etapa de recolhimento, que acontece após a votação. Essas características inviabilizam, por exemplo, a utilização com caminhões de grande porte, uma vez que, apesar da alta capacidade de carga, a execução de mais de um ou todos os roteiros da zona por um mesmo veículo tende a ser mais demorada do que a execução com um veículo para cada roteiro. Além disso, caminhões exigiriam carregamento e descarregamento mais demorados, bem como poderiam ter maior dificuldade de deslocamento e estacionamento em algumas áreas ou endereços dos locais de votação, o que traria atrasos.

Parte-se então para possibilidade de uso de veículos de menor porte, como caminhões pequenos, utilitários, tipo van, furgão, camionete ou picape. Em termos da quantidade de veículos, o cenário ideal é aquele que considera veículos circulando simultaneamente, cada um destinado a uma rota, para buscar, ao máximo, celeridade e segurança na apuração e totalização dos votos após o encerramento das seções eleitorais. Assim, a solução passa por associar o veículo à rota que ele vai executar, o que faz com que o total de carros seja equivalente ao total de rotas. Em resumo e até o momento, a solução:

- consiste no transporte de carga executado por carros passeios, caminhões de pequeno porte e utilitários;
- tem como princípio a equivalência entre o número de rotas e o número de veículos;
- como consequência do princípio acima, cada um dos veículos estará a serviço do TRE-CE em dois momentos: para a distribuição (no sábado de véspera do pleito) e para o recolhimento (no dia do pleito);
- também com base no princípio acima, cada veículo executa necessariamente uma rota, sendo o mesmo tanto na distribuição (no sábado de véspera do pleito) quanto no recolhimento (no dia do pleito).

Considerando que, na etapa de distribuição, as urnas eletrônicas são submetidas ao teste de véspera, a solução deve levar em conta a necessidade de um servidor, convocado ou colaborador do cartório eleitoral acompanhar toda a execução da rota. Acrescenta-se ainda que o transporte envolve o carregamento e descarregamento das urnas eletrônicas e cabinas de votação, sendo, portanto, necessário que a solução inclua mão de obra: motorista e, para rotas com mais de cinco urnas, um auxiliar. Para rotas com menos de cinco urnas, o motorista deve realizar o carregamento e descarregamento em conjunto com servidor, convocado ou colaborador do cartório eleitoral.

Não se vislumbra possível a realização da atividade de entrega e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas do interior do Estado utilizando apenas carros próprios do TRE ou mesmo requisitados de outros órgãos pois, além de não oferecerem frota e pessoal quantitativa e qualitativamente suficientes, não assegurassem a execução da eleição a contento, de forma segura, imparcial e no prazo necessário.

Pelas peculiaridades mencionadas, acredita-se que a contratação de empresa(s) para o serviço de transporte de urnas eletrônicas, cabinas de votação e pessoas é a melhor solução a ser adotada por este Regional, pois permite, além do atedimento à demanda, conforme descrito nos itens acima, uniformidade na logística dos cartórios eleitorais, aumenta o controle da execução e qualidade dos serviços tanto por parte da gestão como pelos chefes de cartório, que são fiscais do(s) dos contrato(s). Pode-se frisar, ainda, alguns benefícios da contratação:

- a) as empresas celebram contrato com o TRE;
- b) apresentam garantias exigidas por lei;
- c) se comprometem na execução do serviço de acordo com as regras ajustadas no contrato;
- d) ficam sujeitas a glosas e a penalidades pelo descumprimento total ou parcial.

Em termos econômicos, a solução é vantajosa uma vez que:

- como transporte de carga, o serviço é bastante comum, amplamente disponível no mercado;

- veículos, motoristas e auxiliares não precisam ser disponibilizados por longo período de tempo ou várias vezes para a realização do serviço.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VI)

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 17ª, 23ª, 36ª, 37ª, 41ª, 50ª, 89ª, 97ª, 109ª, 120ª e 123ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	80	R\$ 1.919,12	R\$ 153.529,21
2	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 4ª, 5ª, 33ª, 52ª, 57ª, 67ª, 105ª, 111ª e 122ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	86	R\$ 1.919,12	R\$ 165.043,91
3	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 22ª, 25ª, 32ª, 35ª, 64ª, 73ª, 74ª, 81ª, 96ª, 98ª e 108ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	78	R\$ 1.919,12	R\$ 149.690,98
4	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 21ª, 24ª, 40ª, 44ª, 45ª, 54ª, 65ª, 79ª e 121ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	79	R\$ 1.919,12	R\$ 151.610,10
5	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 7ª, 8ª, 9ª, 29ª, 47ª, 49ª, 66ª, 72ª, 75ª, 78ª, 84ª, 86ª, 88ª e 91ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	134	R\$ 1.919,12	R\$ 257.161,43
6	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 19ª, 20ª, 39ª, 48ª, 61ª, 63ª, 99ª e 101ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	86	R\$ 1.919,12	R\$ 165.043,91
7	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 6ª, 11ª, 12ª, 13ª, 43ª, 46ª, 59ª, 60ª e 62ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	110	R\$ 1.919,12	R\$ 211.102,67
8	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 10ª, 14ª, 15ª, 26ª, 69ª, 70ª, 76ª e 92ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	81	R\$ 1.919,12	R\$ 155.448,33
9	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 16ª, 18ª, 27ª, 28ª, 31ª, 38ª, 53ª, 68ª, 71ª e 119ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota	84	R\$ 1.919,12	R\$ 161.205,68
	TOTAL		818	---	R\$ 1.569.836,22

O preço médio foi obtido pela divisão da estimativa total para a contratação (R\$ 1.569.836,22, conforme PIE 2026) pelo total de rotas, 818. O quociente dessa divisão foi, então, multiplicado pela quantidade de rotas de cada lote para se estimar o valor total do lote.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, inciso VII)

7.1 Para atender à necessidade do TRE-CE de distribuir e recolher as urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Ceará para as Eleições 2026 e considerando os requisitos da contratação (item 3), o levantamento de mercado (item 5) e a experiência em contratações passadas, observamos que a solução:

- é de natureza comum (transporte de carga) e não contínua, pois será executada apenas em datas pontuais do período eleitoral;
- deve ser executada para quantidades definidas previamente neste estudo, sendo cabíveis alterações ocasionadas pelo fechamento do cadastro eleitoral e pelas agregações de seções eleitorais;
- deve ser executada em datas previamente estabelecidas neste estudo, ocorrendo a distribuição no dia **03 de outubro de 2026 (véspera do pleito)** e o recolhimento no dia **04 de outubro de 2026 (dia do pleito)**;
- no caso de haver 2º turno, terá como datas de execução: para a distribuição, **24 de outubro de 2026 (véspera do pleito)**, e para o recolhimento, **25 de outubro de 2026 (dia do pleito)**;
- deve incluir, além do veículo, mão de obra não residente, composta por motorista e, para as rotas com mais de cinco urnas, auxiliar para as atividades de carga e descarga do material;
- deve obedecer à vinculação entre veículo, equipe de mão de obra (motorista e auxiliar) e roteiro a ser executado;
- deve obedecer aos critérios de empilhamento, organização e manuseio das urnas e materiais, de forma a evitar danos durante deslocamento, carga ou descarga;
- deve ser executada por veículos com capacidade de carga para transportar todas as urnas eletrônicas e cabinas de votação da rota e capacidade de ocupação para, além do motorista, um servidor, convocado ou colaborador do cartório eleitoral e, para as rotas com mais de cinco urnas, um auxiliar da contratada;
- deve ser realizada por veículos em boas condições de conservação estrutural, mecânica e elétrica, apresentando todos os itens obrigatórios de segurança, como cinto de segurança, limpadores de para-brisa, lanternas, faróis e luzes em pleno funcionamento, pneus em boas condições, dentre outros, de forma a permitir o transporte tranquilo e seguro tanto das urnas eletrônicas e cabinas de votação, como do pessoal contratado pela própria empresa e do cartório eleitoral;
- deve ser realizada por veículos com licenciamento anual regular, documentação obrigatória válida e sem pendências administrativas que impeçam sua circulação, para diminuir a probabilidade de retenção em postos de fiscalização e;
- deve ser realizada por motoristas devidamente habilitados de acordo com a categoria do veículo.

7.2 Desta forma, propõe-se uma solução com as seguintes quantidades, especificações e critérios:

- Serviço de transporte de carga, de natureza comum e não contínua, prestado por mão de obra não residente, contabilizado para fins de pagamento por LOTE, que é composto pelo total de rotas de distribuição e recolhimento de urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais que integram o lote.
- Cada rota deve ser executada necessariamente por um veículo
- As rotas estão detalhadas no ANEXO I e foram definidas pelas zonas eleitorais do interior do Estado como aquelas que melhor atendem às suas necessidades de distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação, de acordo com as características geográficas e do cadastro eleitoral de suas jurisdições e com a sistemática de apoio técnico e operacional tanto na véspera quanto no dia da votação.
- Os dados acima servirão como base para estimativa orçamentária, podendo sofrer alterações após o processamento do cadastro eleitoral e das agregações das seções eleitorais.

- No tocante aos veículos:

- a) Devem ser do tipo passeio, caminhão pequeno ou utilitário fechado (van, furgão, camionete ou picape).
- b) Não serão aceitos veículos com compartimento de carga aberto.
- c) Utilitários do tipo caminhonete ou picape devem possuir capota rígida ou outra que garanta segurança às urnas eletrônicas, resguardando-as também de poeira e intempéries
- d) Os veículos não podem conter no exterior (lataria), interior da cabina ou compartimento de carga nenhum tipo de propaganda político-partidária ou referência a candidatos ou detentores de mandatos eletivos.
- e) Diante da realidade na oferta de veículos no interior do Estado, não será exigido ano de fabricação mínimo dos veículos, de forma a não restringir ou frustrar o caráter competitivo da licitação.

7.3 Os veículos serão vistoriados pela fiscalização do contrato até três dias antes do início dos serviços, devendo ser substituídos aqueles que não estiverem de acordo com as exigências contidas nestes Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência.

- Os dias e horários de apresentação dos veículos para vistoria devem ser previamente ajustados com os fiscais de contrato de cada cartório eleitoral.

- No momento da vistoria, a fiscalização do contrato no cartório deverá:

- a) Verificar a alocação e adequação do veículo à rota que executará, considerando o total de urnas eletrônicas e cabinas de votação e o pessoal a ser transportado.
- b) Verificar as condições gerais dos veículos e o atendimento às especificações destes estudos, especialmente no que diz respeito à segurança e conformidade do compartimento de carga para o transporte de urnas eletrônicas.
- c) Verificar a conformidade da documentação dos veículos, da CNH dos motoristas e documento de identidade dos auxiliares, se for o caso.
- d) Colher, para cada rota, a assinatura do motorista e do auxiliar, se for o caso, na declaração do ANEXO II.
- e) Repassar **aos motoristas e/ou auxiliares presentes, orientações sobre a logística do cartório e o manuseio e cuidado no transporte das urnas eletrônicas, averiguar o conhecimento do motorista do percurso de sua respectiva rota e reforçar a importância de conduta cortês e imparcial.**
- f) **Informar os motoristas do horário e endereço para apresentação tanto na distribuição quanto no recolhimento.**

g) Reportar à gestão qualquer irregularidade encontrada para adoção de providências.

- Os veículos reprovados devem ser substituídos com a maior brevidade possível de forma a não comprometer a qualidade do serviço

- **Para a vistoria, o representante da empresa e/ou motorista deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para apresentação do(s) veículo(s).**

- **O não comparecimento à vistoria poderá ensejar aplicação de penalidade e não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das informações necessárias à prestação dos serviços, dos locais da prestação dos serviços, nem das responsabilidades contratuais, devendo a contratada assumir os ônus dos serviços inadequados.**

7.4 A documentação dos veículos será verificada, a qualquer tempo, a critério dos gestores e fiscais do contrato.

7.5 Os veículos apresentados deverão estar em boas condições de conservação estrutural, mecânica, elétrica, dos itens de segurança, dos pneus e em condições de executar o trajeto especificado nas

rotas.

7.6 A carga e descarga dos veículos deve seguir rigorosamente o correto acondicionamento e manuseio das urnas eletrônicas.

7.7 Os motoristas devem possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) regular e compatível com o tipo de veículo que irão conduzir.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso VIII)

8.1. Objeto da contratação será adquirido por item?

() Sim.

(X) Não, justifique, caso a contratação seja por lote ou por grupo.

As zonas eleitorais do interior são divididas em nove lotes, de acordo com a localização geográfica de cada uma. Os lotes passam por processos licitatórios independentes, o que traz benefício à competitividade e à busca do melhor preço para o erário, permitindo que cada lote tenha uma empresa vencedora diferente ou, ainda, que uma mesma empresa vença mais de um lote.

8.2. Trata-se de Sistema de Registro de Preços?

(X) Não.

() Sim, justifique a ocorrência das hipóteses previstas no art. 3, Decreto nº 11.462/2023.

9. ANÁLISE DE RISCOS (art. 18, inciso X)

Ao avaliar a **probabilidade** de ocorrência do risco, o gestor de riscos deverá considerar os seguintes intervalos para os graus de incerteza do risco:

- a) **muito baixa (1)**: somente pode ocorrer em circunstâncias excepcionais;
- b) **baixa (2)**: pode ocorrer sob certas circunstâncias, diferentes das atuais;
- c) **média (3)**: pode ocorrer nas circunstâncias atuais;
- d) **alta (4)**: deve ocorrer em algum momento, pois as circunstâncias corroboram;
- e) **muito alta (5)**: é quase que certo que ocorra, pois as circunstâncias corroboram e há sinais que apontam uma tendência.

Ao avaliar o **impacto** do risco, o gestor de riscos deverá considerar os seguintes intervalos para dimensionar os efeitos causados pelo risco aos objetivos:

- a) **muito baixo (1)**: quando houver degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos mínimos nos objetivos;
- b) **baixo (2)**: quando houver degradação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos pequenos nos objetivos;
- c) **médio (3)**: quando houver interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis;
- d) **alto (4)**: quando houver interrupção de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos;
- e) **muito alto (5)**: quando houver paralisação de operações, atividades, projetos, programas ou processos de trabalho, causando impactos irreversíveis nos objetivos.

Após o dimensionamento da probabilidade e do impacto de cada risco, a Matriz de Riscos deve ser usada para estabelecer o nível de criticidade dos riscos identificados.

Dessa forma, os riscos com maiores dimensões de probabilidade e impacto terão maior classificação de prioridade, em relação àqueles com menores consequências e probabilidades.

A tabela abaixo estabelece a estrutura para tratamento dos riscos de acordo com o nível de criticidade:

Nível do risco	Orientação para tratamento do risco	Escalonamento	Responsabilização
Extremo 20...25	É necessária ação imediata para ativamente gerenciar o risco e limitar a exposição da instituição.	Escalonamento para os gestores das unidades de nível executivo (Presidência e Corregedoria)	Presidente ou Corregedor
Alto 12...19	Análise de custo-benefício é necessária para avaliar alternativas para tratar o risco.	Escalonamento para os gestores das unidades administrativas de nível estratégico (Diretoria-Geral e Secretarias)	Diretor-Geral, Secretário ou Representante de Polo Administrativo Regional.
Médio 5...11	Monitoramento regular é necessário para garantir que a exposição ao risco é gerenciada efetivamente e que os resultados são acompanhados.	Escalonamento para os gestores das unidades administrativas de nível tático (Coordenadorias)	Coordenador ou Gestor de Contrato
Baixo 1...4	Efetivamente gerenciável através de procedimentos rotineiros e apropriados controles internos.	Monitoramento e gerenciamento pelos gestores das unidades administrativas de nível operacional (Seções e Cartórios Eleitorais)	Chefe de Seção, Chefe de Cartório Eleitoral, Fiscal ou Gestor de Contrato.

Para a presente contratação, foram levantados os seguintes riscos:

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato

RISCO 1: Atraso na tramitação do processo administrativo de contratação.

Probabilidade:	() Baixa 2	(X) Média 3	() Alta 4	() Muito Alta 5
Impacto:	() Baixo 2	(X) Médio 3	() Alto 4	() Muito Alto 5

Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	() Baixo 1 - 4	(X) Médio 5 - 11	() Alto 12 -19	() Extremo 20 - 25
Dano	Atraso no início da contratação.			
Ação Preventiva	Formalização do processo de contratação com todos os elementos formais e legais que viabilizem sua contratação e controle através de atendimento de checklist		Responsável Equipe de Planejamento da Contratação / Coordenadoria de Licitações	

Ação de Contingência	Sanar possíveis falhas processuais com a maior brevidade possível	Responsável Equipe de Planejamento da Contratação / Coordenadoria de Licitações
----------------------	---	--

FASE DE ANÁLISE

() Planejamento da Contratação (X) Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato

RISCO 2: Licitação Deserta

Probabilidade:	() Baixa 2	(X) Média 3	() Alta 4	() Muito Alta 5
Impacto:	() Baixo 2	(X) Médio 3	() Alto 4	() Muito Alto 5
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	() Baixo 1 - 4	(X) Médio 5 - 11	() Alto 12 -19	() Extremo 20 - 25
Dano	Contratação não realizada conforme programação, necessidade de novo certame licitatório.			
Ação Preventiva	Realizar cotação adequada e dar ampla divulgação ao certame licitatório para maximizar a quantidade de empresas interessada		Responsável Equipe de Planejamento da Contratação / Coordenadoria de Licitações	

Ação de Contingência	Responsável	
	Avaliar a retirada, do Termo de Referência, dos eventuais dispositivos que estejam inviabilizando a contratação	Gestão do Contrato

FASE DE ANÁLISE

() Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato

RISCO 3: Ausência de nomeação de preposto por lote

Probabilidade:	() Baixa 2	(X) Média 3	() Alta 4	() Muito Alta 5
Impacto:	(X) Baixo 2	() Médio 3	() Alto 4	() Muito Alto 5
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	() Baixo 1 - 4	(X) Médio 5 - 11	() Alto 12 -19	() Extremo 20 - 25
Dano	Dificuldades na comunicação entre a(s) empresa(s) e os cartórios eleitorais e/ou TRE.			
Ação Preventiva	Responsável			
	Reforçar, em reunião com a(s) empresa(s), a importância da nomeação de um preposto por lote.		Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleição – SEPEL (Fiscal do(s) Contrato(s) no TRE)	

Ação de Contingência	Responsável	
	Sanar possíveis falhas e/ou dificuldades de comunicação com a(s) empresa(s) através do TRE diretamente com os proprietário(s)/signatário(s) do(s) contrato(s)	Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleição – SEPEL (Fiscal do(s) Contrato(s) no TRE)

FASE DE ANÁLISE

() Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato

RISCO 4: Não comparecimento do veículo para vistoria prévia

Probabilidade:	() Baixa 2	(X) Média 3	() Alta 4	() Muito Alta 5
Impacto:	() Baixo 2	(X) Médio 3	() Alto 4	() Muito Alto 5
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	(X) Baixo 1 - 4	() Médio 5 - 11	() Alto 12 -19	() Extremo 20 - 25
Dano	O cartório não saber, previamente, o estado geral do veículo que será utilizado, impossibilitando eventuais trocas e/ou consertos, se necessário.			
Ação Preventiva 1	Reforçar, em reunião com a(s) empresa(s), a importância do comparecimento do veículo para vistoria prévia		Responsável Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleição – SEPEL e chefes de cartório eleitoral (Fiscais do(s) Contrato(s))	
Ação Preventiva 2	Prever penalidades no Termo de Referência, por descumprimento de cláusulas contratuais		Responsável Gestão do Contrato	
Ação de Contingência 1	Utilizar o carro à disposição do cartório para substituir o veículo que não tiver condições de fazer a entrega das urnas no sábado, e solicitar ao preposto a troca do carro para fazer o recolhimento no domingo		Responsável Chefes de cartório eleitoral (Fiscais do(s) Contrato(s))	

FASE DE ANÁLISE

() Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato

RISCO 5: Ausência de capataz nas rotas com mais de 05 urnas

Probabilidade:	() Baixa 2	() Média 3	(X) Alta 4	() Muito Alta 5
Impacto:	(X) Baixo 2	() Médio 3	() Alto 4	() Muito Alto 5
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	(X) Baixo 1 - 4	() Médio 5 - 11	() Alto 12 -19	() Extremo 20 - 25

Dano	Atraso na entrega ou recolhimento das urnas em rotas maiores.	
Ação Preventiva 1	Prever penalidades no Termo de Referência, por descumprimento de cláusulas contratuais	Responsável Gestão do Contrato
Ação Preventiva 2	Reforçar, em reunião com a(s) empresa(s), a importância do capataz para o bom funcionamento dos trabalhos	Responsável Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleição – SEPEL e chefes de cartório eleitoral (Fiscais do(s) Contrato(s))
Ação de Contingência 1	Aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência	Responsável Gestão do Contrato e Administração
Ação de Contingência 2	Substituir o capataz ausente por algum funcionário do cartório, se possível.	Responsável Chefes dos Cartórios Eleitorais

FASE DE ANÁLISE

() Planejamento da Contratação () Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato

RISCO 6: Descumprimento parcial na entrega ou recolhimento das urnas

Probabilidade:	(X) Baixa 2	() Média 3	() Alta 4	() Muito Alta 5
Impacto:	() Baixo 2	() Médio 3	(X) Alto 4	() Muito Alto 5
Nível do Risco (Probabilidade x Impacto):	() Baixo 1 - 4	(X) Médio 5 - 11	() Alto 12 - 19	() Extremo 20 - 25
Dano	Atraso na entrega das urnas eletrônicas e cabinas no sábado e/ou atraso no recolhimento logo após o término da votação no domingo			
Ação Preventiva 1	Prever penalidades no Termo de Referência, por descumprimento de cláusulas contratuais	Responsável Gestão do Contrato	Responsável	

Ação Preventiva 2	Reforçar, em reunião com a(s) empresa(s), a importância do cumprimento das cláusulas contratuais	Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleição – SEPEL e chefes de cartório eleitoral (Fiscais do(s) Contrato(s))
Ação de Contingência 1	Aplicar as penalidades previstas no Termo de Referência	Responsável Gestão do Contrato e Administração
Ação de Contingência 2	Utilizar o carro à disposição do cartório para substituir o veículo que não tiver condições de fazer a entrega das urnas no sábado e/ou recolhimento no domingo.	Responsável Chefes dos Cartórios Eleitorais

10. RESULTADOS PRETENDIDOS (economicidade e melhor aproveitamento de recursos humanos/materiais/financeiros) (art. 18, §1º, inciso IX)

O principal resultado esperado pela contratação do objeto desse estudo é a rápida entrega e o eficiente recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das zonas eleitorais do interior do Estado nas Eleições 2026, proporcionando, especialmente, segurança no início da votação e agilidade na apuração dos votos.

Outro benefício é a padronização do serviço de entrega e recolhimento de urnas eletrônicas em todo o interior do estado do Ceará, aumentando o controle e a segurança na movimentação e transporte desses bens.

Pretende-se, ainda, garantir um acompanhamento fidedigno e eficiente da execução do(s) contrato(s), com duas esferas de controle contratual, quais sejam:

- 1) fiscalização e gestão centralizada do(s) contrato(s) na sede do TRE-CE;
- 2) fiscalização descentralizada pelos fiscais técnicos do(s) contrato(s) nos cartórios eleitorais do interior do Estado, que acompanham a efetiva prestação do serviço em suas zonas eleitorais.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (art. 18, §1º, inciso X)

11.1 Serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico, de logística ou outras providências pertinentes, no ambiente para a execução do objeto da contratação?

(X) Não. A contratação não demandará qualquer alteração no ambiente.

() Sim.

11.2 Será necessária a capacitação de servidor para a execução contratual?

(X) Não.

() Sim. A capacitação será realizada pela Contratada, sendo que a capacitação compõe obrigação contratual a ser prevista no respectivo Termo de Referência.

() Sim. A capacitação deverá ser providenciada pela Administração.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, inciso XI)

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

() Não.

(X) Sim.

Em razão da contratação de carros com motorista para apoio às zonas no período eleitoral (SEI 2026.0.000014354-5), e com o intuito, inclusive, de maximizar seu aproveitamento, solicitamos aos cartórios que se responsabilizem pela entrega e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas em um percentual em torno de 20% do total de urnas eletrônicas. Esses veículos também contribuem, quando necessário, com a devolução de urna ao local de votação, após nova carga, no sábado véspera de eleição.

A não disponibilização desses carros às zonas eleitorais impacta no objeto da contratação desses Estudo Técnicos Preliminares.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (requisitos de baixo consumo de energia e outros recursos, logística reversa, reciclagem de bens e refugos) (art. 18, §1º, inciso XII)

Os cartórios eleitorais, quando das vistorias dos locais de votação, realizam estudos buscando a menor distância a percorrer para os veículos de cada rota de entrega e recolhimento das urnas e cabinas. Dessa forma, há o cuidado em se reduzir o gasto com combustível.

A exigência de um carro mais moderno ou elétrico para a presente contratação não é possível devido ao aumento dos custos que podem acarretar, além da dificuldade de contratação de uma frota tão específica para os municípios do interior.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso XIII)

O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária, sendo a mais vantajosa e viável para a contratação pretendida.

(Assinado eletronicamente)

MARIANA GONÇALVES MARTINS ARAÚJO
Chefe da Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleições
Integrante Demandante

(Assinado eletronicamente)

STÊNIO GARDEL MAIA
Seção de Planejamento e Gerenciamento de Eleições
Integrante Técnico

(Assinado eletronicamente)

FRANCISCO GLADSON MURITIBA FERNANDES
Coordenador de Eleições
Integrante Administrativo

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90050/2026 - TRE/CE

ANEXO 4 - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º/2026

SEI N.º

PREGÃO ELETRÔNICO N.º/2026

Contrato de que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e a empresa

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, situado na Rua Dr. Pontes Neto, s/n.º, Luciano Cavalcante, em FORTALEZA/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.026.531/0001-30, doravante designado CONTRATANTE, representado neste ato por, no uso da competência atribuída pela Portaria, e a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na, telefone, e-mail, doravante denominada CONTRATADA, representada por, tendo em vista o que consta no Processo SEI n.º e em observância as disposições da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento é a aquisição de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Contrato.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. A proposta da CONTRATADA;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, devendo a(s) Contratada(s) disponibilizar(em) ao menos um veículo de sua(s) propriedade(s).

4.1.1 É vedada a subcontratação total do serviço.

4.2. A subcontratação não impede a responsabilização total da empresa(s) contratada(s).

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da aquisição é de R\$

5.2. No preço apresentado pela CONTRATADA estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor constante no item 5.1 é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/05/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice ou por índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O CONTRANTE compromete-se a:

a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;

b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência anexo;

c) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

e) comunicar à CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme art. 143 da Lei n.º 14.133 de 2021;

f) efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato;

g) aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;

h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste

h.1) a Administração terá o prazo de 2 (dois) meses, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

j) abster-se de efetuar intervenções indevidas na gestão interna da contratada

8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA compromete-se a:

a) cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

b) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas desse Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

c) responsabilizar-se pelo vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078 de 1990), bem como por qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

d) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou por autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

f) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo gestor do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

g) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

h) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

i) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto à Nota Fiscal para fins de pagamento, o Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão conjunta expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Certidão de Regularidade com a Receita Municipal do domicílio da sede da CONTRATADA, a fim de comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista.

j) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato;

k) comunicar ao gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

l) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos,

garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

m) paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

n) manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

o) promover a guarda, manutenção, vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;

p) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

q) submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

r) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

t) cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

u) **efetuar o credenciamento do seu representante legal como usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE, salvo em casos específicos a serem decididos pelo CONTRATANTE, conforme instruções contidas na página oficial do Tribunal Eleitoral do Ceará na internet (<https://www.tre-ce.jus.br/servicos-judiciais/processos/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>). O acesso externo ao sistema possibilitará ao usuário receber notificações/intimações, acompanhar processos administrativos dos quais seja parte e assinar documentos que lhe sejam disponibilizados, tais como contratos, aditivos e apostilas;**

v) **assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da disponibilização do documento para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE/CE;**

w) demais obrigações previstas no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. O CONTRATADO deverá apresentar garantia de execução, optando por uma das seguintes modalidades, em valor correspondente a 5% do valor anual do Contrato:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante toda a vigência do Contrato até 3 (três) meses após o término da sua vigência, permanecendo em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições de coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.6 deste Contrato.

10.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel

execução do Contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.6. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado a renovar a garantia ou endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO;
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.10. No caso de garantia na modalidade fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

10.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal

10.11.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP (art. 8º, III, da Circular da SUSEP n.º 656 de 11 de março de 2022).

10.12. No caso de alteração do valor do Contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12.1 Reforços de garantia inferiores a 5% do valor da garantia inicial poderão ser, a critério do TRE/CE e em homenagem ao princípio da eficiência e da celeridade, juntados em um mesmo procedimento, uma vez atingida a quantia necessária.

10.12.2 Mesmo não atingido o percentual de 5% citado no item 10.12.1, o reforço de garantia será exigido em virtude de eventual prorrogação contratual.

10.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o CONTRATADO obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo CONTRATADO deverá ser notificado pelo CONTRATANTE quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.13.2. Caso se trate de modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao Contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662 de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate de título de capitalização, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

10.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da

SUSEP.

10.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.15.1. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o CONTRATADO pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

10.15.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

10.15.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao Contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

10.16. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

10.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao CONTRATADO.

10.18. O CONTRATADO autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) ensejar retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as sanções previstas no Edital.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156 § 9º, da Lei 14.133/2021).

11.4. Toda as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156 §7º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento

eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade de infração cometida;
- b) peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. O CONTRATANTE deverá, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art.161 da Lei nº 14.133/2021).

11.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Os débitos da CONTRATADA para a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26 de 13 de abril de 2022. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito, será enviada à CONTRATADA GRU, e, caso não haja o pagamento no prazo estipulado, o valor devido será objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, cobrado com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato.

12.3. Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) ficará a empresa constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

12.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste Tribunal, no Programa de Trabalho:, no Elemento de Despesa:, no Subelemento:

13.2. Foi emitida em, a Nota de Empenho do tipo, identificada pelo número, no valor de R\$visando atender as despesas decorrentes da execução deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

15.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527/2011 c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Com base no artigo 7º da Lei Federal n.º 13.709/2018, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a divulgar os dados essenciais à efetivação do contrato administrativo referentes à empresa, seus sócios e representantes legais.

17.2. As comunicações feitas pelo CONTRANTE em decorrência desta contratação ou de eventuais processos administrativos a ela inerentes serão realizadas, em regra, por via eletrônica, no e-mail informado na Proposta Comercial apresentada pela empresa, devendo a CONTRATADA manter seus dados sempre atualizados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal desta Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

Fortaleza/CE, *data registrada no sistema.*

.....

CONTRATANTE

.....

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90050/2026 - TRE/CE**ANEXO 5 – PREÇOS DE REFERÊNCIA**

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 17ª, 23ª, 36ª, 37ª, 41ª, 50ª, 89ª, 97ª, 109ª, 120ª e 123ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	80	R\$ 168.882,14
2	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 4ª, 5ª, 33ª, 52ª, 57ª, 67ª, 105ª, 111ª e 122ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	86	R\$ 181.548,30
3	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 22ª, 25ª, 32ª, 35ª, 64ª, 73ª, 74ª, 81ª, 96ª, 98ª e 108ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	78	R\$ 164.660,08
4	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 21ª, 24ª, 40ª, 44ª, 45ª, 54ª, 65ª, 79ª e 121ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	79	R\$ 166.771,11
5	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 7ª, 8ª, 9ª, 29ª, 47ª, 49ª, 66ª, 72ª, 75ª, 78ª, 84ª, 86ª, 88ª e 91ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	134	R\$ 282.877,58
6	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 19ª, 20ª, 39ª, 48ª, 61ª, 63ª, 99ª e 101ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	86	R\$ 181.548,30
7	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 6ª, 11ª, 12ª, 13ª, 43ª, 46ª, 59ª, 60ª e 62ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	110	R\$ 232.212,94
8	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 10ª, 14ª, 15ª, 26ª, 69ª, 70ª, 76ª e 92ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	81	R\$ 170.993,16

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
9	Serviço de transporte para distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas e cabinas de votação das 16ª, 18ª, 27ª, 28ª, 31ª, 38ª, 53ª, 68ª, 71ª e 119ª Zonas Eleitorais para as Eleições 2026.	Rota/Turno	84	R\$ 177.326,23
TOTAL DE ROTAS POR TURNO			818	
VALOR TOTAL (1º TURNO)				R\$ 1.726.819,84
VALOR TOTAL (2º TURNO, SE HOUVER)				R\$ 1.726.819,84
VALOR GLOBAL (1º TURNO E 2º TURNO, SE HOUVER)				R\$ 3.453.639,68



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ, CHEFE DE SEÇÃO**, em 08/06/2026, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0&cv=0001453793&crc=46D9A381, informando, caso não preenchido, o código verificador **0001453793** e o código CRC **46D9A381**.

2026.0.000001567-5

0001453793v2